

Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história

Gender relations: a cultural construction that persists along the human history

Maria do Socorro Ferreira Osterne*

Clara Maria Holanda Silveira*

RESUMO: Este trabalho apresenta parte de um estudo monográfico sobre a violência contra a mulher. Discute a construção histórica e cultural das relações de gênero como relações de poder e de predomínio da dominação masculina. Baseado em uma revisão de literatura sobre o tema e em uma entrevista semiestruturada com uma mulher que sofreu violência conjugal, buscou-se elaborar uma análise sobre como se originaram as relações desiguais entre os sexos, suas estruturas de reprodução e como se configura a luta pelo poder entre homens e mulheres. Objetivou-se, ainda, refletir a respeito das mudanças que estas relações têm sofrido nos últimos anos, com o aumento da inserção feminina no mercado de trabalho e a desconstrução dos papéis sexuais socialmente impostos. Utilizou-se a metodologia qualitativa, e procurou-se contextualizar as falas da depoente dentro de um quadro teórico de discussão sobre a categoria gênero. Concluiu-se que as relações de gênero foram construídas com base nas diferenças anatômicas e fisiológicas entre os sexos e reproduzidas ao longo da história pela família, pelos sistemas educacionais e pela mídia, com o reforço da ideologia machista e patriarcal ainda predominante na sociedade. Reafirmou-se a necessidade de investir na desconstrução dos estereótipos de gênero em um trabalho conjunto entre o Estado e a sociedade.

Palavras-chave:
gênero,
patriarcado,
dominação
masculina.

I ntrodução

O conceito de gênero tem sido cada vez mais explorado nas pesquisas sociais com o objetivo de compreender como se configuram o relacionamento entre os sexos e o porquê de muitas dessas relações resvalarem para a violência. Este artigo tem por objetivo refletir sobre a construção dos estereótipos de gênero, das relações desiguais entre os sexos e sobre os avanços na condição

feminina, que tem contribuído para modificar as formas como se relacionam homens e mulheres em nossa sociedade. Acreditamos que, para entender de maneira ampla a categoria gênero, é preciso conhecer como as relações de gênero se configuram nas mais distintas formas de sociabilidade. Do mesmo modo, é importante avaliar de que forma se configuram os papéis femininos e masculinos tanto em situações cotidianas como em situações excepcionais da dinâmica social. Assim, poderemos entender o surgimento das desigualdades entre homens e mulheres.

A fim de alcançar o objetivo proposto, utilizamos o método qualitativo. Justamente por lidar com crenças, costumes e valores, a pesquisa social se utiliza da metodologia qualitativa, pois pauta-se nos significados que não podem simplesmente ser traduzidos em gráficos, esquemas ou outros dados quantitativos, apesar de estes serem complementares aos dados qualitativos. Levamos em consideração a parcialidade existente entre sujeito e objeto na pesquisa social, uma vez que os dois polos desta relação se influenciam mutuamente. De acordo com Löwy (1978, p.15), o método de observação adequado às ciências sociais deve reconhecer que seu objeto de estudo possui um caráter histórico, ou seja, é suscetível de transformação pela ação humana. O conhecimento produzido pelas ciências sociais é definido, em grande medida, pela visão de mundo da classe social a qual o cientista pertence, uma vez que este carrega em si a ideologia de sua camada, um conjunto de opiniões, valores e costumes que influenciam sua visão da situação estudada. (MINAYO, 1994)

Os resultados apresentados neste artigo são fruto de uma pesquisa bibliográfica, baseada em material extraído de trabalhos literários, acadêmicos e científicos, mas, igualmente empírica, uma vez que realizamos contato com a informante da pesquisa fora dos limites de um estudo meramente bibliográfico. O marco teórico conceitual utilizado para fundamentar teoricamente o estudo teve como principais autores Maria do Socorro Osterne, Maria Filomena Gregori, Heleieth Saffioti, Pierre Bourdieu e Joan Scott. Realizamos, ainda, entrevista semiestruturada com uma mulher que sofreu violência conjugal e esteve, durante muitos anos, enclausurada em uma relação de dominação-exploração que mantinha com seu companheiro. Seus depoimentos ilustram de maneira adequada como se processam as relações de gênero enquanto relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro. Para a interpretação de tais entrevistas empregamos a análise de depoimento. Procuramos, então, compreender o depoimento cedido e contextualizá-lo dentro de um quadro social de dominação masculina e prevalência do machismo e do patriarcado, considerando que tanto o sujeito que fornece seu depoimento pessoal como aquele que o ouve e o interpreta se encontram inseridos dentro de um contexto social, econômico, cultural e político que os influencia diretamente.

Submissa por condição, mas independente por opinião

Tomado de empréstimo à gramática, segundo Heilborn (1990), o termo gênero passou a ser utilizado para designar os atributos culturais reservados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos. Osterne (2008) ressalta que esse é um termo bastante utilizado nas Ciências Sociais, sobretudo na Antropologia, Sociologia e Psicanálise.

Podemos constatar que as relações desiguais de gênero são engendradas a partir da transformação das diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais. Sobre essa questão, Osterne (2001) afirma que o gênero dos indivíduos é definido pelas relações sociais, pela cultura e pelo sistema simbólico no qual os seres humanos estão inseridos, e não pelas diferenças biológicas entre os sexos. Para a autora “as relações de gênero, portanto, não são consequências da existência de dois sexos, macho e fêmea”. (p.119).

Apesar de cada indivíduo já nascer com um sexo definido, entendemos que a desigualdade estabelecida nas relações de gênero é construída através da elaboração cultural dos papéis sociais impostos a homens e mulheres. Tais papéis são transmitidos por meio do processo de socialização dos indivíduos. A sociedade atribui às mulheres, desde crianças, comportamentos dóceis, delicados e passivos. Em contrapartida, os homens são educados para tomar iniciativa, extravasando sua agressividade no cotidiano. À mulher cabem os sentimentos, as emoções, e a sensibilidade, enquanto ao homem compete a razão, a altivez e a superioridade.

Esses mecanismos de propagação da ideologia machista e patriarcal constroem, solidificam e naturalizam as desigualdades entre homens e mulheres. O processo de naturalização consiste em considerar as desigualdades de gênero como decorrentes das diferenças anatômicas e biológicas entre os sexos. Por exemplo, entende-se que a mulher deve responsabilizar-se sozinha pelos filhos e pelo espaço doméstico, porque ela é quem engravida e, normalmente, amamenta a criança. Enquanto isso, como biologicamente o sexo masculino não é capaz de gestar um filho, cabe ao homem ocupar sua “função” na esfera pública e atuar como provedor material do lar.

Para Saffioti (2004), o conceito de gênero não sugere, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres, o que revela a possibilidade de relações assimétricas e igualitárias entre os gêneros. Para a autora, dentro da categoria gênero, podem-se localizar as relações homem-homem, e mulher-mulher; entretanto, é mais comum o uso do termo para designar relações entre os sexos opostos.

Saffioti (2004) defende que o conceito de gênero é mais amplo em relação ao conceito de patriarcado, uma vez que este se refere explicitamente às relações entre os sexos nas quais impera a dominação masculina. Já o termo gênero pode englobar tanto relações não hierarquizadas como relações em que ocorra a dominação-exploração de um sexo sobre o outro. A autora considera que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina. Patriarcado, portanto, é entendido aqui como:

[...] um sistema masculino de opressão das mulheres, caracterizado por uma economia domesticamente organizada que o sustenta, na qual as mulheres são objeto de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, reprodutoras de trabalho e de novas reprodutoras. Patriarcado, então, representa o somatório de dominação e exploração, que Saffioti (Id., p.6) entende como opressão e que, não obstante os avanços femininos, não teve sua base material destruída. (OSTERNE, 2008, p. 134)

Saffioti (2004) defende o uso do conceito de gênero como mais genérico e abrangente e o uso do conceito de patriarcado como mais específico de um determinado período histórico, sem que haja a substituição de um pelo outro.

Consideraremos, neste artigo, o conceito de gênero formulado por Scott (1995), já que sua definição contribui para o entendimento das relações de gênero como relações de poder. De acordo com Osterne (2008), Scott analisa o gênero como “uma referência com base na qual se decodificam o sentido e a complexidade das relações sociais.” (p.147). Concordamos com Scott, pois percebemos que o conceito de gênero permite a interpretação e o entendimento das desigualdades sociais entre os sexos. Ao mesmo tempo, o conceito de gênero permite considerar as relações entre homens e mulheres como relações de poder, onde o sexo feminino encontra-se em desvantagem. Por essa razão, nos basearemos na seguinte definição da autora:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversas subconjuntos, que estão interrelacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo da definição repousa /numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas

entre os sexos, e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p.86)

Para Scott, o gênero exerce uma grande importância na estruturação da vida social e dos sistemas simbólicos. As formas de representação do gênero na sociedade, os símbolos, conceitos e metáforas contribuem para a formação da personalidade do indivíduo. O ser humano, desde criança, assimila as normas, costumes e regras sociais e incorpora a visão naturalizada do poder masculino em detrimento do poder feminino.

De acordo com a primeira parte de sua definição, gênero sugere quatro elementos que não podem operar uns sem os outros:

- Os símbolos culturais, já que existe uma visão simbólica do que é ser homem e do que é ser mulher (forte/frágil luz/escuridão), bem como representações simbólicas muitas vezes contraditórias (como é o caso de Maria e Eva como símbolos de mulher);
- As normas, que estabelecem o que um homem e uma mulher devem e podem ser socialmente (oposição binária entre o masculino e o feminino, advinda de conceitos embutidos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, etc.);
- As instituições, que garantem a coerção social suficiente para que as normas sejam cumpridas, o que reproduz e aprofunda as assimetrias de gênero;
- A identidade subjetiva, uma vez que homens e mulheres são educados para incorporar as identidades de gênero que lhes são atribuídas social e culturalmente.

Em relação ao gênero como forma primária de dar significado às relações de poder, Scott (1995) apropria-se das reflexões de Foucault. De acordo com Machado (1996), Foucault não considerava o poder como algo unitário e global, mas sim como uma prática social construída historicamente.

Para Foucault (apud MACHADO, 1996), os poderes não estão localizados em um ponto específico da estrutura social, uma vez que funcionam como uma rede de dispositivos que engloba a tudo e a todos. Resulta daí a ideia de que o poder não existe, o que existe são relações de poder nas quais todas as partes o exercem, porém, não de forma igualitária. Além disso, Foucault defende que onde houver poder haverá resistência.

Percebemos que a subordinação feminina é uma questão de poder. Os homens se apropriam da maior parcela de poder que lhes cabe nas relações sociais e subjagam as mulheres. Muitas vezes, a dominação masculina se encontra mascarada sob a forma de sentimentos como o amor, o afeto e a ternura. É o que revela a fala de nossa depoente:

[...] eu era muito jovem quando nós começamos a namorar, eu tinha 15 anos, então eu não sabia naquele momento identificar, eu achava que isso (ciúme do namorado) era uma forma de me proteger, de me cuidar, hoje quando eu estou falando eu lembro que eu tinha essa necessidade, havia como se fosse uma aliança entre a necessidade que eu tinha de ser cuidada e a forma dele de cuidar, aparentemente superprotetora, Quanto ao fato de sair, se era pra sair ele que determinava pra onde eu deveria sair. Tudo isso era muito encoberto pela minha paixão, pelo sentimento que eu tinha por ele, não dava pra identificar naquela época.

De acordo com Scott (1995), o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder, utilizada de maneira recorrente tanto no Ocidente como nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. Os conceitos de gênero, como conceitos de referência para a estruturação da vida social, estabelecem distribuições de poder. Possibilitam o controle ou o acesso, de maneira diferenciada, às fontes materiais e simbólicas. O gênero, assim, toma parte na concepção e construção do próprio poder.

Juntamente com as reflexões de Scott a respeito das relações de gênero como relações de poder, consideramos importante analisar a contribuição de Saffioti para o assunto. Essa autora defende que, dentro do binômio dominação-exploração da mulher, os dois polos da relação possuem poder, mas de maneira desigual. A pequena parcela de poder que cabe ao sexo feminino, dentro de uma relação de subordinação, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência.

Para Saffioti (2004), as mulheres lidam muito bem com os micro-poderes. Constatamos que é ao nível dos micro-poderes (considerados, de acordo com Foucault, como a propagação do poder em diversos pontos da estrutura social) que o sexo feminino encontra maior espaço de resistência.

Existem, todavia, micro-poderes, ou seja, segmentos populacionais dotados da capacidade de deles fazer uso. Se não conseguem revolucionar o mundo de forma acelerada,

fazem-no em espaços capazes não só de colaborar para a transformação da sociedade, como também de tecer uma malha social de sustentação das conquistas realizadas nos processos macro. (SAFFIOTI, 2004, p. 30)

A mulher é a responsável pela educação dos filhos e os cuidados com o lar. O controle sobre o âmbito doméstico consiste em um dos focos onde o sexo feminino desenvolve suas estratégias de reação e resistência à dominação masculina.

Concordamos com as idéias de Saffioti, já que as relações de gênero como relações de poder se constituem de hierarquias, desigualdades e conflitos. Mesmo que o poder esteja distribuído de maneira desigual entre os sexos, tanto os homens se utilizam dele para a manutenção da dominação masculina como as mulheres se utilizam do mesmo para combater as desigualdades e a submissão feminina. O que ocorre é uma disputa pelo poder entre os sexos. Acreditamos que as mulheres, baseadas na parcela de poder que desfrutam, podem desenvolver mecanismos de negação dos papéis sociais impostos ao sexo feminino. Para Boris (2004), as mulheres detêm uma parcela significativa (ainda que limitada) do poder sociocultural, uma vez que são capazes de interferir na construção da subjetividade e da condição masculina.

As relações entre os sexos, em nossa compreensão, tanto no espaço privado do lar quanto no espaço público das relações civis, são caracterizadas por uma relação hierárquica de poder. Nessa hierarquia a desigualdade e a exclusão das mulheres manifestam-se e são explicadas com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas. A construção sociocultural da identidade feminina e a definição de seus papéis como figura passiva e submissa cria o espaço propício para o exercício da opressão masculina.

O poder simbólico como componente das relações de gênero.

Saffioti (2004) defende o uso do conceito de patriarcado, pois esse representa um tipo hierárquico de relação que está presente em todos os espaços sociais e que é uma relação civil e não privada. O patriarcado concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, possui uma base material e corporifica-se. Além disso, diz respeito a uma estrutura de poder que tem por base a ideologia e a violência.

Para a autora, o conceito de gênero carrega a ideologia patriarcal. Tal ideologia teria sido construída especialmente para alimentar a estrutura de poder que situa os homens hierarquicamente acima das mulheres em todas as áreas

da convivência humana. O uso do conceito de patriarcado desnuda não só a ideologia patriarcal, como também a estrutura de poder que sustenta a dominação masculina.

Baseada em literatura pertinente ao tema, Saffioti (2004) relata que a transição das antigas sociedades igualitárias para a sociedade hierarquizada que conhecemos hoje se apoia em dois fatores históricos: a produção do excedente econômico, o que criou as raízes da propriedade privada; e a descoberta do papel do homem na reprodução humana. Até então, a reprodução era exclusivamente atribuída às mulheres. Com a descoberta da contribuição do homem para a geração de uma nova vida, as mulheres deixaram de ser consideradas seres poderosos, fortes e mágicos.

Destacamos que, de acordo com estudiosos do assunto, a origem da propriedade privada fez com que o homem sentisse a necessidade de reconhecer herdeiros legítimos a fim de que os bens econômicos fossem passados por herança. A partir daí, o homem passou a controlar a sexualidade feminina, procurando certificar-se sobre a paternidade de seus filhos. O patriarcado respondeu a necessidade dos homens de controlar as mulheres e assegurar a legitimidade de sua prole.

Segundo Carole Patteman (1993, apud MARIANO, 2008, p. 364), o contrato social, que objetiva a criação do Estado e a proteção dos direitos inerentes ao indivíduo, encobre o contrato sexual, que estabelece o patriarcado moderno e a dominação dos homens sobre as mulheres. Para a autora, o contrato social seria uma ficção política, pois prega a liberdade universal e individual de todos os indivíduos. Porém, na prática, esse contrato apenas disfarça as hierarquias de classe social, raça/etnia e gênero vigentes na sociedade moderna. Só seria livre, assim, o homem branco e proprietário. A ideologia machista foi utilizada para consolidar o contrato sexual e, conseqüentemente, o sistema patriarcal.

Para Osterne (2006), o machismo é a tendência a naturalizar os privilégios masculinos e a subordinação feminina. Afeta também as mulheres, que legitimam esse preconceito. A autora destaca a situação peculiar do machismo na região Nordeste, onde se realizou nosso trabalho. Nessa região brasileira a identidade masculina associa-se a atributos como a coragem, a valentia, o destemor e a macheza. “O nordestino seria ‘macho’ pela própria história da região que teria exigido a sobrevivência dos mais fortes, mais valentes e mais corajosos diante de suas adversidades climáticas.” (OSTERNE, 2001, p.11). Soma-se a isso a valorização da honra entre os homens nordestinos, a ideia de que homem não pode levar desaforo para casa.

O machismo, dessa forma, atua como um importante reforço à ideologia patriarcal. Podemos perceber um exemplo do machismo nordestino quando nossa depoente se refere à fama que a família de seu marido possuía no interior:

[...] como lá no interior nós conhecíamos as famílias, a família dele era muito conhecida como uma família valente, que todos os homens eram valentes, e isso era visto na cidade com certa vaidade pelas pessoas, era uma cidade do interior, uma cidade pequena, eu não morava lá, mas meus pais eram de lá, então eu ia sempre.

Saffioti (2004) acredita que o sistema patriarcal e sua ideologia impregnam a sociedade e o Estado. Para a autora, na ordem patriarcal de gênero, o poder é exercido por quem for homem, branco e heterossexual. A sociedade é perpassada não apenas por discriminações de gênero, como também de raça, etnia, classe social e orientação sexual.

Destaca que, apesar dos progressos femininos na busca por emancipação, a base material do patriarcado não foi destruída. Para a autora, a base econômica do patriarcado não se baseia somente na desigualdade de inserção feminina no mercado de trabalho, mas também consiste no controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva das mulheres. Essas opõem resistência ao patriarcado, seja através da vingança, da sabotagem ou da luta de classes.

Gostaríamos de acrescentar que, a despeito dos avanços femininos na conquista dos espaços públicos e de uma divisão de papéis mais igualitária no espaço doméstico, a mulher ainda é a principal responsável pelos cuidados com o lar e com a criação dos filhos. A ideologia patriarcal continua bastante enraizada no imaginário coletivo. Por isso, muitos homens têm dificuldade de assimilar funções no âmbito familiar que culturalmente são destinadas às mulheres. Ao mesmo tempo, as mesmas encontram empecilhos na conquista de espaço no âmbito público. São discriminadas, menosprezadas e julgadas. Contudo, o sexo feminino continua a procurar maneiras de combater a dominação masculina.

Segundo Bourdieu (2002), a visão androcêntrica da sociedade está naturalizada, a ponto de se impor como neutra. Os esquemas de dominação simbólicos foram estruturados com base numa visão de mundo onde o homem é sempre superior à mulher. E a ordem social funciona como uma máquina simbólica que confirma a dominação masculina:

Longe de as necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão social

do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. (BOURDIEU, 2002, p.33)

De acordo com o autor, os símbolos, como instrumentos de conhecimento e comunicação, possibilitam a formação do consenso sobre o sentido do mundo social. E esse consenso contribui para a reprodução da ordem social.

Bourdieu acredita que o poder simbólico é uma forma de poder invisível e que o seu exercício é possível apenas com a cumplicidade daqueles que estão submetidos ou que exercem esse poder, mesmo que de maneira inconsciente. É um poder que se exerce não por coação física, mas sim através dos esquemas de percepção e pensamento que se instalam no subconsciente dos indivíduos.

Ressaltamos que a naturalização da dominação masculina, a partir dos esquemas de percepção, dos símbolos, da cultura e da oposição binária entre o masculino e o feminino, dificulta o questionamento das desigualdades entre os sexos. A incorporação da ideologia patriarcal pode impedir que as mulheres tomem consciência da sua condição de submissão e enfrentem-na. Para Bourdieu:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento e submissão. (2002, p. 22)

Ainda segundo o autor, a dominação masculina possui todas as condições para seu pleno exercício, uma vez que as estruturas sociais, a divisão sexual do trabalho e das funções de produção e reprodução legitimam a pretensa superioridade masculina. A cultura, impregnada pela visão androcêntrica, molda as percepções, os pensamentos e as ações de todos os membros da sociedade. Por ser compartilhada universalmente por todos os indivíduos, essa cultura assume um caráter transcendental e imutável. Percebemos a reprodução da ideologia patriarcal, ilustrada a partir da visão naturalizada da dominação masculina e assimilada pela nossa depoente:

[...] vinha de uma família onde não havia violência física por parte do meu pai, mas que havia dominação masculina e violência do meu irmão, e de certa forma, de uma forma velada, o meu pai apoiava meu irmão, por exemplo, o meu pai dizia que meu irmão só batia na gente porque a gente mexia com ele, quando não era assim. Hoje eu compreendo que aquilo era tudo que meu pai compreendia, mas era como se ele dissesse que quem mexe com homem perde a razão, meu pai dizia isso, minha mãe dizia, eu vinha de uma família que não tinha violência por parte do meu pai, mas tinha outras violências, essa era a dinâmica família.

Ressaltamos que, por serem criadas e educadas dentro de uma cultura que propaga a superioridade masculina, as mulheres acabam por achar natural que os homens assumam o sustento do lar, não se envolvam com o trabalho doméstico, não se responsabilizem pelos cuidados com os filhos, exerçam livremente sua sexualidade e governem a vida de suas esposas. Como elas podem questionar algo que aparenta um caráter divino, imutável e eterno? Isso não quer dizer que o sexo feminino viva numa eterna ignorância a respeito de sua condição na ordem patriarcal de gênero.

Muitas mulheres já questionam o sistema patriarcal que sustenta as relações desiguais entre os sexos. E a partir daí, procuram estratégias e meios para alcançar sua emancipação e autonomia. Porém, para combater efetivamente as desigualdades de gênero é necessário analisar seus sustentáculos.

Concordamos com Osterne (2006) quando a mesma afirma que os sustentáculos das relações desiguais de gêneros são, principalmente, a divisão sexual e desigual do trabalho doméstico, a divisão social do trabalho, o controle do corpo e da sexualidade feminina e a exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão.

Bruschini (2000) utiliza as reflexões da feminista Juliet Mitchell a respeito da situação da mulher no sistema capitalista, sob o julgo da dominação masculina. Para Mitchell, a unidade complexa da posição da mulher na sociedade é baseada na combinação de quatro estruturas: a produção, a reprodução, a sexualidade e a socialização das crianças. Para que as mulheres possam se libertar da opressão masculina é fundamental a transformação dessas quatro estruturas. Mitchell ressalta que não basta apenas a entrada plena da mulher no mercado de trabalho. São necessárias, também, políticas coerentes que dissolvam o controle do corpo e da sexualidade feminina

pelos homens e emancipem as mulheres das responsabilidades domésticas. Destacamos aqui, a importância de uma divisão sexual do trabalho mais justa.

Durham (2004) afirma que a divisão sexual do trabalho se elabora sobre tendências e características que a espécie humana compartilha com os outros mamíferos, como a gestação da mulher, o período de dependência da criança à mãe quando ainda é pequena e o aleitamento materno. Tal divisão exerce, nitidamente, a função de situar a figura feminina no âmbito do particular/privado, encerrando a mulher no ambiente doméstico. Já que, biologicamente, a mulher é responsável pela reprodução humana, formou-se a idéia de que ela também é responsável pela criação dos filhos.

De acordo com a autora, a industrialização e o surgimento do capitalismo separaram radicalmente a produção da reprodução, instituindo duas esferas distintas. Criou-se, assim, uma forma específica de isolamento feminino no espaço doméstico. Porém, para a autora, o capitalismo não excluiu a mulher da esfera pública. O que ocorreu foi a inclusão simultânea do sexo feminino nas duas esferas, a pública e a privada. Surge, assim, a grande contradição da condição feminina: “a percepção de sua igualdade enquanto indivíduo na esfera do mercado e de sua desigualdade enquanto mulher na esfera doméstica da reprodução.” (2004, p.346).

Já vimos, anteriormente, que o controle do corpo e da sexualidade feminina surgiu quando o homem descobriu o seu papel na reprodução e começou a possuir propriedades privadas. Desde então, esse mecanismo de controle serve para ordenar a reprodução humana e garantir a fidelidade feminina.

Saffioti (2004) afirma que um dos núcleos do patriarcado é o controle da sexualidade feminina. Tal controle consolidou-se com o surgimento da família conjugal, já que a esposa tornou-se a única propriedade privada do marido. Ressaltamos que, ainda hoje, a mulher que exerce livremente sua sexualidade, não a restringindo ao casamento ou a reprodução, é chamada de prostituta, vadia, entre outras palavras depreciativas.

Acrescentamos, com a ajuda de Barbieri (1992), que o controle do corpo feminino requer também o controle do trabalho feminino. Desse modo, os homens não deixam nenhum espaço para que as mulheres possam dominar a sociedade ou cobrar o reconhecimento de sua capacidade de reprodução biológica. Notamos que os sustentáculos da dominação masculina atuam de maneira conjunta, um influenciando o outro. Através dessa integração, o sexo masculino garante o controle total do sexo feminino.

Buscando meios de desconstruir as relações hierárquicas entre os sexos.

Osterne (2008) defende a necessidade de investir na desmistificação e decodificação do sistema simbólico que consolida a dominação dos homens sobre as mulheres. Para a autora, esses símbolos materializam-se nas estruturas e práticas sociais, nos comportamentos, instituições e relações sociais. Os três principais agentes de perpetuação da oposição binária entre o masculino e o feminino seriam a família, os sistemas educacionais e a mídia.

A família é local propício de reprodução da distinção de papéis entre homens e mulheres, por ser o grupo responsável pela socialização primário do indivíduo. No processo de socialização são assimiladas normas, condutas e costumes que perpassam a vida cotidiana e que são absorvidas sem questionamentos ou análise crítica, como podemos observar na fala da nossa depoente:

[...] o meu pai era de uma geração patriarcal e machista, embora não tivesse o conhecimento que era, pra ele era normal, e como só tinha um homem entre os irmãos, a ele tudo foi permitido, ele também foi transformado em uma pessoa com sérios transtornos de relacionamentos, e teve uma frase que meu pai disse quando meu irmão morreu que me marcou que foi: “Quem dá status é filho homem.” Nós mulheres fomos excelentes filhas, compreendíamos isso dele, mas ele apoiava as atitudes do meu irmão, e depois que ficamos adultas, compreendíamos que aquilo era dele.

É no processo de socialização primária, ocorrido normalmente dentro do ambiente familiar, que a criança entra em contato com as elaborações culturais referentes a cada sexo. Essas elaborações estão presentes nos brinquedos (carrinho para os meninos e boneca para as meninas), nas cores das roupas e dos quartos (rosa para menina e azul para meninos) e nas maneiras de se comportar. Ao chegar à adolescência, os rapazes já desfrutam de mais liberdade que as moças. Até mesmo as atividades domésticas são ensinadas apenas para as meninas, aos meninos não cabe se meter em assuntos de casa. E assim, ao longo do processo de formação do indivíduo, ocorre a interiorização das distinções de gênero que a sociedade impõe como naturais.

Observamos que a mulher se sente culpada por não dedicar o seu tempo exclusivamente ao lar, ao marido e aos filhos. Mesmo quando ela trabalha fora, ainda se sente na obrigação de se responsabilizar sozinha pelas tarefas domésticas e pelo bem-estar da família. Para nós, essa é a maior prova do quão forte é o processo de inculcação cultural pelo qual passam os indivíduos.

Os sistemas educacionais também desempenham um importante papel na reprodução ideológica da oposição binária entre os sexos, já que a escola é responsável por uma grande parte da educação das crianças. De acordo com Bourdieu (2002), essa instituição acaba por transmitir os pressupostos do patriarcado (como a relação homem/mulher e a relação adulto/criança) e até mesmo realiza uma distinção entre matérias próprias a cada sexo (como exemplo, grande parte das meninas costuma gostar de história e português, consideradas matérias mais leves, enquanto os meninos preferem física e matemática, vistas como mais pesadas).

Por fim, a mídia exerce o seu papel de propagação da oposição entre o masculino e o feminino através da veiculação de comerciais, filmes, novelas, programas, músicas e literatura que transmitem uma visão inferiorizada das mulheres. Os meios de comunicação reforçam os estereótipos construídos sobre homens e mulheres e alcançam praticamente todas as pessoas, o que aumenta o seu poder de reprodução ideológica.

Nos dias atuais, são comuns músicas que tratam a mulher como “vaca”, “tchutchuca” e outros termos depreciativos. Isso reforça a concepção da mulher como simples objeto sexual do homem. Além disso, há uma enorme variedade das chamadas “revistas femininas” que trazem, basicamente, matérias de beleza, moda e casa, como se fossem os únicos assuntos do interesse feminino. Acrescentamos aqui, as propagandas de produtos de limpeza que se voltam exclusivamente às mulheres.

Acreditamos que a desnaturalização da oposição binária entre homens e mulheres é resultado de um longo processo de conscientização humana e de desconstrução de uma cultura machista e patriarcal. Na sociedade atual é possível observar as mudanças ocorridas na condição feminina, mesmo que ainda sejam insuficientes. Se a condição feminina, dentro da ordem patriarcal de gênero, foi construída socialmente, pode-se modificá-la, também, socialmente.

Osterne (2006) defende a importância de distinguir diferença de desigualdade. Para ela, articular o direito à igualdade com o direito à diferença contribui para a desconstrução de relações de gênero assimétricas. A diferença pode sim existir, afinal homens e mulheres são diferentes biológica e anatomicamente. Mas isso não significa que o diferente tenha que ser tratado de maneira desigual.

Saffioti (2004) ressalta a distinção entre diferença e desigualdade ao afirmar que “O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem

política, faz par com a desigualdade.” (p. 37). Para a autora, a democracia demanda igualdade social, e numa sociedade democrática as identidades e diferenças são bem vindas. Porém, como a sociedade atual não alcançou o nível desejado de democracia, não há respeito pelas diferenças.

Concordamos com a autora, pois quando as diferenças não são aceitas podem servir de pretexto para a discriminação e opressão. A dominação masculina ilustra bem essa problemática, já que a partir de diferenças biológicas entre os sexos erige-se a opressão feminina.

Osterne (2006) ressalta a importância da participação política das mulheres nas altas instâncias do poder decisório. Tal participação possibilita que as próprias mulheres possam lutar pela democratização do Estado e da sociedade e, conseqüentemente, pela emancipação feminina.

De acordo com Bourdieu (2002), graças ao esforço do trabalho crítico do movimento feminista, a dominação masculina já é alvo de questionamentos. Para o autor, as transformações ocorridas na condição feminina colocam em xeque essa dominação e fazem com que a mesma tenha que ser justificada ou defendida.

Bourdieu (2002) enfatiza que os fatores de mudança mais importantes na desconstrução da dominação masculina estão relacionados à transformação da função da instituição escolar na reprodução das desigualdades entre os gêneros, como por exemplo, o maior acesso das mulheres à educação.

Nas últimas décadas, conforme literatura pertinente houve uma crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, causada por diversos fatores, tais como: o avanço da industrialização, que demandava um grande número de trabalhadores, independente do sexo; o crescimento da urbanização; o declínio da taxa de natalidade, já que o uso dos contraceptivos possibilitou à mulher separar reprodução e sexualidade; e o aumento do nível de escolaridade feminina, que ocasionou a competição entre os cônjuges na vida pública e profissional e redefiniu os papéis de homens e mulheres dentro da família.

Podemos observar que, ao atingirem um maior grau de instrução, as mulheres têm maiores chances de conquistar a independência econômica e de modificar as estruturas familiares e a divisão sexual do trabalho doméstico. Como não são dependentes financeiramente dos maridos, essas mulheres se impõem mais e já não aceitam serem as únicas responsáveis pelos cuidados com os filhos e com a casa. Ao mesmo tempo, não são mais obrigadas a permanecerem em um casamento se este não corresponde às suas expectativas.

Hoje em dia, as mulheres separadas não são mais alvo de preconceito como eram antigamente e o divórcio tornou-se uma prática comum. A autoridade das mães sobre os filhos também não se baseia apenas no poder patriarcal do pai. As mulheres já conseguem impor suas opiniões e decisões dentro da família. Notamos, também, a diminuição do número de filhos, proporcionada pelo surgimento dos métodos anticoncepcionais. Estes proporcionam à mulher uma maior liberdade no exercício de sua sexualidade, sem que esta tenha que se associar necessariamente à reprodução. Com a entrada da mulher na esfera pública, não é mais interessante um grande número de filhos, já que isso dificultaria a conciliação entre família e trabalho. Soma-se a todas essas mudanças, o aumento da autoestima feminina e o surgimento de uma mulher mais confiante, madura, e realizada pessoal e profissionalmente.

De acordo com Rolnik (1998), a mulher não mais depende do homem para sobreviver e também não ambiciona só a ele. O sexo feminino passou a almejar a vida profissional e pública. Entretanto, com medo de não ser mais desejada pelo sexo masculino, essa nova mulher acaba por sufocar seus desejos. A autora defende que a mulher hesita entre inibir sua autonomia (e assim incorporar o antigo modelo feminino de submissão), ou se masculinizar para auto-afirmar sua independência, como se a vida pública não pudesse ser vivida em um corpo feminino.

Ressaltamos que as conquistas femininas na esfera do mercado ainda são marcadas por condições desiguais de tratamento, de remuneração e de oportunidades. É comum, também, a mulher assumir a função de provedora em famílias monoparentais, quando ocorre a separação do casal ou a viuvez. Pela necessidade de sustentar os filhos, a mulher acaba por aceitar qualquer tipo de emprego e remuneração. Ao mesmo tempo, procura meios de conciliar o trabalho e os cuidados com a casa e as crianças.

Bourdieu (2002) atenta para a permanência de antigas estruturas da divisão sexual no mundo do trabalho, através de três princípios. De acordo com o primeiro princípio, as mulheres costumam ocupar funções (ensino, cuidados, serviços) que se situam como prolongamentos das funções domésticas. O segundo princípio defende que as mulheres não podem ter autoridade sobre os homens, por isso são constantemente relegadas a funções subordinadas, e não de chefia. Finalmente, o terceiro princípio atribui ao homem o monopólio das máquinas e da manutenção dos objetos técnicos.

Além disso, o autor afirma que as mulheres que alcançam o sucesso profissional e conquistam altos cargos, muitas vezes, renunciam à ordem doméstica (não casam, se divorciam, têm dificuldades na educação dos

filhos). Ao mesmo tempo, aquelas mulheres que se dedicam ao lar acabam por abdicar de sua carreira profissional, por não conseguirem conciliar a esfera privada com a esfera pública.

Podemos observar como ainda é presente na vida das mulheres a contradição entre o público e o privado. Entretanto, mesmo com todas as dificuldades, o sexo feminino passa por transformações que contribuem para a modificação das relações entre homens e mulheres e afetam diretamente a condição masculina na sociedade.

Rolnik (1998) afirma que o homem se sente intimidado por essa nova mulher. Por não estar acostumado a lidar com a independência feminina, ele se sente diminuído em sua virilidade, em sua condição de macho. Notamos o quanto os estereótipos de gênero aprisionam os sexos em uma pretensa naturalidade, que no final ocasiona perdas para ambos.

Para Bourdieu, o processo de socialização que objetiva tornar as mulheres resignadas, submissas e passivas, também aprisiona os homens. Por não ser uma condição natural, o tornar-se pertencente ao gênero masculino, apropriar-se das elaborações culturais da masculinidade, pode ser extremamente penoso. Os homens são constantemente cobrados para se afirmarem como tais e se diferenciarem do sexo oposto. Precisam mostrar para a sociedade sua virilidade. Virilidade, aqui compreendida, como capacidade reprodutiva, sexual e social e como aptidão ao combate e ao exercício da violência. E isso implica uma educação do próprio corpo masculino, da postura, da maneira de falar.

Percebemos, no entanto, que as transformações ocorridas nas relações de gênero estão modificando a condição masculina. Os homens já não são tão cobrados a impor sua masculinidade e a se encaixar nos tradicionais papéis masculinos. De acordo com Boris (2004), na realidade atual, os homens são estimulados a expressar seus sentimentos, emoções e fragilidades, o que não descaracteriza a subjetividade masculina.

Mesmo que as mudanças não sejam, ainda, generalizadas, apontam para uma maior aproximação entre o gênero masculino e os seus pensamentos, sentimentos e vivências. Porém, segundo o autor, o modelo patriarcal encontra-se fortemente instalado na subjetividade e na condição masculina na contemporaneidade. A persistência da ideologia patriarcal impede, muitas vezes, a expressão do afeto masculino, seja em relação à mulher, aos filhos ou aos amigos.

[...] na medida em que as mulheres vêm mudando e conquistando espaços sociais cada vez mais amplos, tais

transformações e avanços femininos vêm interferindo na anteriormente inabalável hegemonia masculina-historicamente fundada no sistema patriarcal, gerando o que alguns cientistas sociais denominaram de crise do gênero masculino, comumente vivida por alguns homens com uma certa angústia vaga e com uma confusão dos papéis socioculturais outrora claramente delineados [...] (BORIS, 2004, P.69).

Boris (2004) acredita que alguns homens ainda não conseguem aceitar as modificações que abalaram a hegemonia do patriarcado. Se sentem desrespeitados ou ofendidos, em sua virilidade, pelas conquistas femininas. Principalmente quando as conquistas são de suas companheiras. Como não conseguem lidar com essa nova realidade, acabam por reagir com violência ao questionamento do poder masculino. É o que reflete a fala de nossa depoente:

Qualquer comportamento meu que indicasse que eu não estava submissa irritava ele, comprar roupas novas, parecia uma afronta pra ele, ele que escolhia minhas roupas, minhas coisas, por exemplo, os grupos de estudo da faculdade eu não podia ir porque ele achava que eu ia não pra estudar, não podia passar o fim de semana na casa das minhas irmãs porque eu ia luxar, ele não convivia com minha família e nem com meus amigos. Tudo que eu comprava com meu dinheiro era uma afronta, era um choque cultural muito grande. Ai começou de fato a pior fase do relacionamento, porque ai eu já me achava no direito de saber o que eu ia fazer com o meu dinheiro, e ele não, ele dizia que havia investido em mim, e que agora era momento de compartilhar.

Para Saffioti (2004), o poder apresenta duas faces, a potência e a impotência. Os homens são socializados para conviver com a potência, para exercitar o poder. Quando se deparam com a impotência, acabam praticando atos violentos. De acordo com Hannah Arendt, “... O domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido...” (1994, p.38).

Considerações Finais

Compreendemos que, desde os mais remotos tempos, as diferenças biológicas entre os sexos foram transformadas em desigualdades de gênero. Ao longo da história, construíram-se papéis sociais diferenciados para homens e mulheres

que foram reproduzidos histórica e culturalmente através de instituições como a família, a igreja, a mídia e os sistemas educacionais. Naturalizou-se, assim, o estereótipo da mulher como mãe e esposa, e como ser inferior ao homem.

Destacamos, aqui, a importância de se investir na desmistificação dos símbolos e da ideologia machista e patriarcal que reproduzem como natural as relações de gênero desiguais e a dominação masculina. Para isso, é necessária a difusão de uma educação não sexista que comece no interior do grupo familiar e se propague para os sistemas educacionais e para toda a sociedade.

Reforçamos, também, o papel do Estado de implementar políticas públicas de gênero que possam vir a contribuir para a desconstrução da hierarquia entre os sexos e possibilitem a emancipação financeira das mulheres. Não podemos nos conformar com um mundo onde a mulher é tratada como cidadão de segunda categoria. Precisamos continuar lutando por um futuro que traga melhores perspectivas para o sexo feminino, que permita à mulher o controle sobre suas vontades e desejos, que possibilite que homens e mulheres se reconheçam como iguais.

Observamos que não é fácil para o sexo masculino se adaptar a essa nova situação, onde as mulheres buscam sua autonomia e independência e os homens não detêm mais o poder de mando. Sabemos o quão demorado pode ser a desconstrução do modelo patriarcal e da ideologia machista. No entanto, já percebemos grandes mudanças na sociedade e uma maior abertura da esfera pública para as mulheres. As novas gerações tendem a reconhecer a igualdade entre os sexos e a respeitar as diferenças entre os mesmos. Acreditamos que, aos poucos, homens e mulheres possam construir relações de gênero menos assimétricas.

ABSTRACT: This work shows a piece of a monography's study about violence against women. There are talks over the historical and cultural construction of the gender relations like power relations and the predominance of the male dominations. This work is based on literature review about the subject and conduction research through the use of half structured interview with a woman that has suffered conjugal violence. There was a search to elaborate an analysis about the source of the unequal relations between the sexes, their reproductive structures and the way how to configure the fight for the power between men and women. Also shows like a purpose a reflection about the changes that these relations have suffered in last years with the woman presence in market work and the breaking of the sexual functions in society. The applied methodology to this work involves qualitative methodology, looking for a contextualization of the interviewed people's words in a discussion about the gender category. Finally it is concluded that the gender relations were built through the anatomical and physiological differences between the sexes. These differences were reproduced along the history by the family, the

Artigo
Recebido: 10/04/2012
Aprovado: 12/05/2012

Keywords:
Gender,
patriarchate, male
domination.

educations and communications systems increasing the patriarchal ideology still alive in society. The work reasserted the necessity of to invest in the gender stereotypes breaking through a work between state and society.

Referências

BARBIERI, Terezita. Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica. Revista Interamericana de Sociologia, México, ano 6, n.2-3, maio/dez. 1992.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. Falas masculinas ou ser homem em Fortaleza: múltiplos recortes da construção da subjetividade masculina na contemporaneidade. In: AMARAL, Célia Chaves Gurgel. Et al. Teoria e práxis dos enfoques de gênero. Salvador : REDOR, 2004

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p.50-79.

DURHAM, Eunice. Família e reprodução humana. In: _____. A dinâmica da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p.325-355.

HEILBORN, Maria Luiza. Usos e abusos da categoria de gênero. Rio de Janeiro: s.n., 1990. In: SIMPÓSIO GÊNERO E CLASSES NA AMÉRICA LATINA. São Paulo, 1990.

LÖWY, Michael. Objetividade e ponto de vista de classe nas ciências sociais. In: - _____. Método dialético e teoria política. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, ano 1996, p. 7-23.

MARIANO, Silvana Aparecida. Modernidade e crítica da modernidade: a sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. Cadernos Pagu, ano, n.30, p. 345-371, jan-jun, 2008.

MINAYO, M.C.S. et all. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Família, pobreza e gênero: lugar da dominação masculina. Fortaleza: EDUECE, 2001.

_____. Políticas públicas para mulheres. Ciclo de Debates: direitos da mulher. Fortaleza, Assembléia Legislativa do Ceará, p. 10-29, 2006.

_____. Violência contra a mulher: estruturas patriarcais, relações de gênero e a (re)significação do conceito de vida privada. O Público e o Privado, n.8, p. 163-175, jul./dez. 2006.

_____. Violência nas relações de gênero e cidadania feminina. Fortaleza: EdUECE, 2008.

QUEIROZ, Fernanda Marques de. Não se rima amor e dor: cenas cotidianas de violência contra a mulher. Mossoró, Rio Grande do Norte: Edições UERN, 2008.

ROLNIK, Suely. Machos e fêmeas. In: LINS, Daniel. A dominação masculina revisitada. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998, p.69-71.

_____. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.